

Produtores querem que pequenos e médios agricultores “possam aceder às grandes superfícies comerciais”

14 de Abril, 2020

A reabertura dos mercados para viabilizar o escoamento dos produtos durante a pandemia da Covid-19 foi defendida por organizações da agricultura familiar, que querem os lavradores a vender também às cadeias de supermercados.

“O Governo tem de intervir para assegurar que os pequenos e médios agricultores possam aceder às grandes superfícies comerciais”, disse à agência Lusa Isménio Oliveira, coordenador da Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO), uma das filiadas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

De acordo com o responsável, a valorização da agricultura familiar portuguesa, representada pela CNA, com sede em Coimbra, pode contribuir para “reduzir as importações” de produtos alimentares. “Os agricultores não têm possibilidade de aceder aos supermercados para escoar os seus produtos”, enfatizou Isménio Oliveira, apelando ao Governo “medidas urgentes para que a situação se resolva”.

Por sua vez, o dirigente da CNA João Dinis alertou que Portugal, no plano alimentar, se encontra “numa completa dependência” das importações, incluindo de sementes de milho e arroz, entre outros cereais, e de componentes para a produção de rações para animais. “A alimentação animal é a pedra de toque das políticas agrícolas e dos mercados de bens alimentares internacionais”, sublinhou, em declarações à Lusa.

Na sua opinião, importa valorizar a atividade agrícola de pequena e média dimensão, “prioridade das prioridades logo a seguir” às medidas do Governo para combater a pandemia da covid-19 e salvar vidas. “Uma crise alimentar era só o que nos faltava”, disse, reclamando políticas que evitem “a especulação e a escassez” de bens alimentares.

Em Góis, interior do distrito de Coimbra, a Cooperativa Social e Agroflorestal de Vila Nova do Ceira assume que a crise associada pela pandemia não tem afetado os negócios e os serviços de apoio aos seus mil associados, antes pelo contrário.

“Em março, por incrível que pareça, até aumentámos o volume de vendas em 7.000 euros”, disse à Lusa o presidente da instituição, Joaquim Dias.

Em março de 2019, o volume de negócios da Cooperativa de Vila Nova de Ceira, no limite do concelho de Góis com o da Lousã, foi inferior a 30 mil euros, enquanto um ano depois subiu para cerca de 36 mil euros. “As pessoas estão mais em casa. Provavelmente, estão mais preocupadas com o que possa vir aí e

querem acautelar o futuro”, admitiu Joaquim Dias, realçando que a agricultura em Góis e nos concelhos limítrofes “é muito de subsistência” e realizada maioritariamente por pessoas com mais de 65 anos.

A cooperativa emprega 10 trabalhadores que se revezam de duas em duas semanas, ficando cinco em casa enquanto os restantes asseguram as atividades, com um horário de funcionamento ajustado ao abrigo do plano de contingência da empresa para travar a Covid-19. A entidade patronal mantém a totalidade dos empregos, pagando o vencimento por inteiro aos trabalhadores. “O Governo devia dar um apoio efetivo nestas situações”, uma espécie de “lay-off ao contrário” em que a Segurança Social “podia pagar um terço de cada salário”, preconizou Joaquim Dias.